

Reflexão Sobre Classes Médias e Elites em Portugal nos séculos XIX e XX

Luís Alves de Fraga¹

Introdução

Na impossibilidade de levar a população de Portugal a deitar-se no divã do psicanalista ou de lhe estudar as origens e respectivas motivações mais intrínsecas, podem tentar-se generalizações analíticas com base no estudo histórico dos comportamentos de segmentos sociais, previamente definidos em função de critérios mais ou menos claros e compreensivos, de modo a perceber-se quem é quem, de onde provém e que tipo de futuro pode ser esperado pela respectiva descendência.

As páginas que se seguem têm um único objectivo: explicar, de modo linear, a composição das diferentes classes médias e o modo de formação e de sobrevivência das elites nacionais nas duas centúrias que antecederam a presente, procurando deixar pistas para um estudo mais cauteloso e menos transversal. Tento limitar-me a traçar as vagas linhas de um modelo de análise e interpretação dos segmentos sociais que admito mais importantes na e da população portuguesa, os quais podem explicar comportamentos políticos, sociais e económicos futuros.

Não se trata de um ensaio exaustivo, muito pelo contrário, mas, porque geral, julgo, possibilita uma visão abrangente onde as excepções são detectadas ao mesmo tempo que se torna possível estabelecer uma regra quanto ao passado recente da mobilidade social entre nós. Claro que não pretendo ir mais além do que aquilo que a simples reflexão com base histórica, sociológica e económica permite, daí que no texto se note a ausência de referências bibliográficas, porque deixo ao leitor o cuidado de cotejar as afirmações que faço, com base empírica, com os trabalhos de âmbito científico existentes no acervo das Ciências Sociais. Naturalmente, a minha análise situa-se no meio-termo que existe entre o que li e o que conheci, entre o que outros observaram e relataram fruto de estudos académicos e o que eu mesmo vivi. É uma reflexão onde o conhecimento histórico é a pedra de base e a interpretação sociológica dá forma ao conteúdo.

Vou expor o que me proponho deixar à consideração dos leitores seguindo um caminho balizado pela cronologia das mudanças ao mesmo tempo que refaço as ligações entre posses financeiras ou patrimoniais e estatuto social. Deste modo, começo por

¹ Professor da Universidade Autónoma de Lisboa. Doutor em História.

situar o instante histórico que possibilitou a alteração política e social, depois passo a *olhar* para as classes médias rurais dos séculos XIX e XX, dando, de seguida, lugar à observação das elites rurais; da *permanência* no campo passo à cidade onde tudo parece ser comandado dali, mas onde, afinal, concluo, tudo é fruto do campo, da província, da ruralidade.

O momento da grande mudança

A vitória liberal em 1834 é o grande corte entre o passado e o nosso presente. Tudo se pode construir e reconstruir a partir desse ano. De trás vêm as influências que determinam cópias *amacacadas* de comportamentos sociais, especialmente entre os grupos sociais que aspiram à semelhança com aqueles que, de alguma formam, eram determinantes na sociedade — o grande senhor nobre na vila ou na aldeia, o nobre cortesão de Lisboa ou o nobre de solar ou palacete e brasão na frontaria da casa da cidade provinciana. Esses velhos símbolos do Absolutismo continuaram a povoar o imaginário da burguesia endinheirada e a condicionar-lhes comportamentos sociais, naturalmente distorcidos por falta de uma vivência e educação secular. Deu-se, no Liberalismo, uma espécie de fusão entre a forma burguesa de conseguir dinheiro e o aspecto exterior de uma nobreza antiga que se dedicava á caça, e aos prazeres da corte, da literatura — quando era suficientemente erudita para a compreender —, do teatro e da ópera. O fenómeno repete-se com os ricos *brasileiros de torna viagem* que povoam certos romances de Camilo e, até, de Eça. São *brancos* que *compram o verniz* para cobrir as botas de carneira e sebo afeitas ao pé de trabalhador.

Mas voltemos a 1834 como momento de ruptura, pois a sociedade contemporânea nacional é nessa oportunidade que se *refaz* em consequência das alterações profundas da legislação sobre bens de raiz elaborada por Mouzinho da Silveira ainda na ilha Terceira — o autor da revolução liberal não é D. Pedro IV, mas, sem sombra de dúvida, aquele obscuro ministro que ninguém levava a sério aquando do período das lutas militares; foi a ele que se ficaram a dever os cortes mais significativos da tradição absolutista.

A importância da vitória liberal resulta do facto de se ter separado o rei do reino, ou seja, o rei é um dos vários proprietários agrícolas do país, mas o reino não é dele; é do Estado e, em última análise, é do Povo — e também aqui há que perceber quem é Povo, pois nem todos têm esse privilégio... é necessário ter personalidade fiscal para

ser Povo, isto é, só quem paga para o sustento do Estado tem direito a participar nos destinos desse mesmo Estado.

Ora, a vitória liberal veio facilitar e acelerar um processo de *mobilidade social* que no Absolutismo era menos notório, embora, existisse como forma de pôr de pé um reino de comerciantes — D. Manuel I, não tendo erário nem bens para pagar aos nobres que o serviam, em especial no Oriente, permitiu que todos quantos para essas terras de sonho e de fortuna o fossem servir pudessem trazer a pimenta e especiarias capazes de transportar para o reino e aqui vendê-la por sua conta para se pagarem dos sacrifícios sofridos; era a recompensa, já que o monarca se denominava *senhor do comércio e navegação*; o soldado anónimo, como o foi Fernão Mendes Pinto, regressava e tinha cabedais para comprar uma quinta fora de portas e, até, quem sabe, solicitar uma tença ou o direito de ser nomeado criado da casa real. Mas a mobilidade social passava por um processo lento e custoso. O Liberalismo, associado à mudança de paradigma governativo — os partidos enquanto grupos agregadores de interesses de uma burguesia sequiosa de poder — trouxe uma aceleração na *mobilidade social*. Assim, ter-se-á de tentar perceber como se foi processando essa mudança nas transições de estratos dentro da sociedade. Começemos pelo campo, pelo mundo rural.

Classe média rural

Na província, quer seja na pequena aldeia ou na cidade capital do distrito, temos durante o século XIX, três *classes médias*: a agrícola, a agrocomercial e a *funcional*. Vejamos.

A classe média essencialmente agrícola é constituída pelos médios proprietários da terra que não carecem de fazer trabalho braçal, mas dirigem pessoalmente os seus assalariados de modo a obter das colheitas os máximos rendimentos. Esta classe média, é preciso não esquecer, está, geralmente, na origem de uma outra urbana, que nasce da sua descendência rural. Assim, podemos dizer que, em Portugal, a classe média rural ligada à terra e dela vivendo, só subsistiu enquanto a industrialização não se tornou o motor do progresso económico, ou seja, enquanto houve um Estado conservador e travão de todas as mudanças. A desertificação do interior e a fuga para o litoral, que caracterizou os últimos quarenta anos de regime democrático, são a prova disso mesmo. Mas são também a prova de que a *reforma agrária*, não deveria ter sido feita na área do latifúndio — ideia só capaz de ser posta em movimento porque se olhou para o

Portugal do *passado* e não para o do *futuro*, isto é, olhou-se para o país da exploração da mão-de-obra agrícola através do conservadorismo e da ausência de industrialização e não para o país moderno com uma agricultura praticada na base dos princípios da rentabilidade industrial ligados à terra — mas na área do minifúndio onde se impunha uma agricultura industrial e o emparcelamento da propriedade agrícola. A Revolução e o PREC no Alentejo foram a *vingança*, sociologicamente inconsciente, sobre o passado e não o motor de aceleração para o futuro! Ao levar a cabo a Reforma Agrária no Alentejo o Norte reaccionário continuava a impor a sua norma, o seu paradigma, a sua visão conservadora da agricultura: uma agricultura de subsistência, mesmo que sob a forma, agora, de uma cooperativa, que não retalhando a terra com marcos definidores de limites, a retalhava no direito de propriedade. Impunha-se o Homem à máquina; impunha-se o pequeno ao grande; impunha-se o sustento ao rendimento.

A classe média agrocomercial rural é aquela que nas aldeias, vilas e cidades do país conseguia os seus proventos a partir de fontes de rendimentos ligados à agricultura e ao comércio ou à associação destes dois *mundos*. Eram os pequenos comerciantes que estabeleciam a ligação entre os grandes fornecedores e grandes compradores; vendiam e adquiriam a retalho às populações para revenderem por grosso aos grandes armazenistas da cidade ou da capital. Normalmente era gente que tinha começado como mero empregado de comércio e, à custa de grandes sacrifícios e poupanças, acabava arriscando abrir a sua própria venda, contando com o crédito dos fornecedores desejosos de ampliar a sua área de negócio. Era uma cadeia de pequenos interesses que se favoreciam mutuamente no desejo de gerar independências limitadas e, quase sempre, precárias. Só momentos de grande especulação e de possibilidade de açambarcamento — Grande Guerra e 2.^a Guerra Mundial — tornaram possível alguns destes pequenos comerciantes *saltarem* para um estatuto financeiro mais amplo, passando ao comércio por grosso e à importação e exportação por atacado. Mas isso foi raro no meio rural, sendo mais viável nas *grandes* cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Entre este segmento da classe média rural encontram-se os negociantes de gado e os embriões de alguns industriais agroalimentares. São também eles que vão sustentar, através de uma mobilidade social que resulta do estudo na universidade, com a geração seguinte, a classe média urbana².

² Seria curioso, para explicar este fenómeno de mobilidade social, fazer-se e estudar-se, por exemplo, a história da marca *Da Mata* cuja fábrica de presuntos se situa em Envendos, em plena Beira Baixa. Em menos de quatro gerações passou do exercício da mera agricultura para a compra e produção de presuntos

Por fim, tínhamos, no meio rural, a classe média *funcional*, ou seja, aquela cujos rendimentos dependiam da prestação de serviços pagos ou pelo orçamento do Estado ou pela contribuição da comunidade; eram o pároco, o regedor, o professor primário, os funcionários de finanças e do cartório notarial e o médico, quando havia. Era uma classe média que já possuía *pergaminhos* que lhe vinham do facto de ter estudado ou de aparentar uma não dependência do trabalho agrícola para sobreviver, pois tanto tinha trabalho no campo como na cidade. Era gente cuja descendência estava vocacionada a fazer um *bom* casamento com algum dos herdeiros dos senhores da terra, subindo de estatuto social, ou a sair da ruralidade para, pelo estudo, se fixar nas *grandes* cidades.

Desta descrição necessariamente sintética se percebe que as classes médias rurais tinham tendência a extinguir-se e a serem substituídas por outras que lhes ocupavam os lugares enquanto a desertificação do interior não se tornou uma realidade em função da total perda de importância da agricultura que, afinal, foi sempre de subsistência a este nível social ou abaixo dele. A ruralidade foi um *fardo* do qual se fugiu sempre que foi possível. A fixação à terra foi uma desgraça e um castigo. Apenas os pobres, que de seu só possuíam os braços para trabalhar, se mantinham na terra e, mesmo estes, à primeira oportunidade de fuga desvinculavam-se da agricultura. Mas este movimento que poderia ser tido como comum a outros países da Europa não o foi no tempo em análise, porque no estrangeiro — França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália — a *fuga* fazia-se para manter a mesma condição proletária ou quase, dado que as oportunidades que se apresentavam eram reduzidas fora das fábricas, em Portugal, por ausência delas, os pólos de fixação eram os empregos do Estado e o comércio nas *grandes* cidades.

Propositadamente, deixei de lado a emigração como modo de mudança de estatuto. Não se justifica aqui fazer-lhe referência, pois os emigrantes ao abandonarem o tecido social português vão inserir-se noutra, que só a análise particular dos casos poderia explicar. Quase sempre, quando há retorno, ele vai fazer-se no meio rural de proveniência, mas usufruindo de um estatuto social superior ao do momento de partida —

até desfazer-se da propriedade e os últimos herdeiros se fixarem definitivamente na cidade por aquisição de um estatuto urbano de classe média média/alta. Temos assim que, em pouco mais de um século, uma família da classe média agrícola migrou para um estatuto social superior e urbano.

construção de uma vivenda que dê nota da valia financeira do proprietário, aquisição de terra e ou abertura de uma actividade comercial em moldes modernos — que as economias feitas lá por fora permitem *comprar* tal como antes a burguesia endinheirada do século XIX comparava títulos de nobreza.

As elites rurais

Olhemos para as elites rurais. Tentemos perceber o que foram elas e, acima de tudo, quem foram no século XIX e XX.

Uma vez mais, as elites estavam dependentes da agricultura. Eram os senhores da terra, os donos dos grandes latifúndios (que variavam na dimensão, e não no conceito, conforme variavam as regiões do país) quase sempre proprietários absentistas que só davam a *honra* da sua presença nas épocas destinadas às colheitas. Mas, mesmo ausentes, tinham o peso de uma presença que resultava do que *poderiam fazer pela urbe* na grande cidade onde gastavam o suor dos trabalhadores rurais. Era esse *poder* que lhes dava o estatuto de elite rural. Às vezes, na *cidade*, socialmente, não iam mais acima do que uma classe média alta, mas prevalecia na urbe rural a sombra de um poder que cultivavam pela distância e pelo tratamento.

As elites rurais foram-se desintegrando e perdendo importância pelo aumento da descendência, desagregação das propriedades, aumento do absentismo, transferência de valores financeiros do campo para a cidade, desertificação do campo e, acima de tudo, perda de importância da província na condução política dos negócios do país. A *desruralização* de Portugal, especialmente a partir de há quarenta anos a esta parte, fez desaparecer a importância das elites rurais que foram sendo substituídas pelos poderes autárquicos reguladores de benesses e geradores de empregos de menor importância nas localidades.

Em suma, pode dizer-se, que a transferência do peso económico da agricultura para a indústria, do interior para o litoral, levou à quase extinção das classes médias rurais e das respectivas elites. Portugal é um país socialmente *desertificado* no seu interior. O que subsiste é um arremedo do que era há cem anos atrás.

A cidade

Passemos à *cidade* e convém começar aqui por definir este conceito.

Em 1834 e nos anos que se seguem até ao final da década de 50 do século passado, *cidade* era, por ordem de importância sócio-económica, Lisboa, Porto e Coimbra.

Depois dessa década a *cidade* confundiu-se com centro industrial e, nos últimos trinta anos, a noção de *cidade* foi substituída pela de *litoral*. Por uma questão de facilidade de expressão continuarei a usar o termo *cidade* para designar as grandes urbes enunciadas, bem como os centros industriais dos anos 60 a 90 do século passado e toda a região costeira da actualidade.

Na cidade não se pode, em boa verdade, falar de uma *classe média*. Ter-se-á de falar de classes médias, pois a diversidade do leque social é muito grande. Assim, teremos a classe média baixa, a classe média média e a classe média alta.

A cidade portuguesa do século XIX era, essencialmente, constituída pelo aglomerado das classes médias que estavam *entaladas* entre as elites, por um lado, e o proletariado urbano, por outro.

Começando da base para o topo, temos a classe média baixa que agrupava no mesmo plano social os pequenos proprietários comerciais de bairro, alguns artesãos especializados — penso nas modistas, nos sapateiros, nos correeiros —, os empregados médios das grandes lojas e o baixo funcionalismo público. No fundo, tudo gente que havia fugido do meio rural para se instalar na cidade, vivendo uma aparente melhoria de condição de vida. Este vai ser o grupo social que, na cidade, se reproduz dentro do mesmo nível ou dele saem alguns descendentes que transitam para o nível imediatamente acima. Note-se que, como princípio, essa *subida* resultava da obtenção de um diploma escolar.

Na classe média média agrupavam-se algumas profissões dependentes do orçamento do Estado ou do funcionalismo privado cuja forma de estar já se identificava com um desafogo financeiro maior e uma forma de vida social e cultural mais elevada. Será conveniente estabelecer contornos evidentes para se perceber quem era esta mole de gente que dava o maior lastro possível à vida da cidade.

Desde os professores primários aos sargentos do Exército e da Armada, dos amanuenses das repartições ministeriais aos oficiais militares de baixa graduação, desde os professores dos liceus aos comerciantes das lojas finas da zona mais comercial da cidade, desde empregados de escritório habilitados com o curso comercial ou concluída parte do ensino liceal a gerentes comerciais de pequenas empresas, todos constituíam um espectro que se poderia definir tanto pela forma de vestir como por hábitos culturais. Era gente que ia, de quando em vez, ao teatro de revista, que comprava e lia todos os dias um jornal, que possuía uma pequena biblioteca, a qual incluía das poucas dezenas

de títulos até à centena, que via fitas no animatógrafo pelo menos uma vez por mês, que tinha criada de servir para ajudar na lida da casa, tratar da roupa, das crianças e fazer compras no mercado, que habitava os velhos bairros centrais, mas em casas espaçosas, que frequentava alguns clubes de bairro onde se realizavam tardes dançantes para conseguir um bom casamento para a filha, que, na época própria, tinha radiotelefonia e, às vezes, telefone em casa, que podia ainda frequentar a taberna da rua ou já o *café-leitaria* do bairro.

Dentro da classe média era a mais numerosa, como já disse, mas não a mais abastada em termos financeiros, pois essa situava-se já no grupo da classe média alta que é possível caracterizar de várias formas.

Com efeito, se se optar pelo critério do emprego e rendimento monetário pode dizer-se que neste segmento da classe média se situavam os altos cargos do funcionalismo público: magistrados, oficiais militares superiores e generais, professores universitários, médicos da escassa rede hospitalar ou exercendo clínica privada em bons consultórios do centro da cidade, advogados de nomeada, directores de jornais de grande tiragem, proprietários de armazéns grossistas, donos das poucas fábricas existentes, gerentes de grandes casas comerciais, havendo um traço comum a todos, ou quase todos: serem proprietários agrícolas absentistas. Mas se o critério for de natureza sócio-cultural é gente que habita nos novos bairros da cidade, afastados do centro, em apartamentos de modelo moderno e amplo ou em vivendas situadas nas zonas recentemente urbanizadas, que tem várias criadas em casa, que frequenta os *cafés* da zona central da cidade, as livrarias onde compra os últimos livros editados, que frequenta as estreias teatrais, que vai com muita frequência ao animatógrafo, janta em restaurantes do centro urbano, ouve concertos musicais em moda, vai à ópera, pode possuir meio próprio de deslocação como seja o automóvel — deve levar-se em conta a época dos séculos em análise — com ou sem motorista, que tem sempre telefone em casa, que associa à sua actividade profissional o empenhamento em maior ou menor grau na política partidária, que goza de mais tempo para lazer, que — os homens — pode dar-se ao luxo de sustentar amantes com gostos medianamente caros ou recatadas senhoras que se não importam em procriar filhos fora do casamento. Esta classe média alta nunca foi muito numerosa, mas marcou sempre o ritmo de usos e costumes para os restantes grupos que lhe ficavam abaixo; constituiu sempre um *padrão* ou *paradigma* ambicionado pela restante classe média.

E as elites?

Aqui julgo que se devem separar critérios. Com efeito, se é certo que as elites financeiras foram importantes em Portugal nos séculos XIX e XX, contudo, por razões que já abordei, para além de serem em pequena escala, a sua influência social e política foi sempre reduzida, actuando mais como grupo de pressão do que como motor de acção. Realmente, se se atentar bem na condução política no largo período de dois séculos, percebemos que, com exclusão de situações pontuais, nunca foi a alta finança nacional que esteve ao leme da situação; ela *encostou-se* ao poder político, liderado por elites essencialmente políticas, para obter do Estado as melhores condições possíveis para conseguir a sustentação dos seus interesses financeiros. A influência do papel do Estado foi sobrevalorizada tanto pela alta finança quanto pela classe média dele dependente. Neste aspecto, o Estado, no Portugal contemporâneo, assumiu o papel *soberano* semelhante ao dos monarcas do Absolutismo iluminado; o Estado é um *pai* que providencia o sustento de quem se aproxima dele, oferecendo-lhe préstimos laborais, e um *pai* que gera condições de vida mais fácil aos *filhos* financeiramente poderosos que pretendem *deserdar* ou *explorar* os *irmãos* mais desfavorecidos!

Também aqui, foi a falta de uma aposta na industrialização atempada, no século XIX, quem distorceu o papel do Estado. Muito antes de se ter definido o conceito de Estado-providência ou Estado social já, em Portugal, como se viu antes, se praticava uma política de subsídio, ampliando-a até ao limite do impossível, através do emprego nos serviços públicos. É nesta característica, que podemos encontrar a definição de *elites*, que não vem do nascimento, nem da fortuna, mas do estudo e consequente aquisição de um diploma. Não se podem afirmar elites intelectuais, porque, nem sempre dessa massa de licenciados saíram os mais capazes do ponto de vista cognitivo, mas saíram sempre aqueles que, por uma espécie de *nobilitação*, tiveram condições de ascender aos cargos governativos, fossem eles no domínio do poder executivo, judicial ou legislativo. E, em abono do que afirmo, veja-se a quantidade de universidades que surgiram em Portugal na sequência de um novo momento de oportunidade de mobilidade social: o 25 de Abril de 1974! Só no plano estatal — uma forma de *alimentar* as elites intelectuais — surgiram ou deram-se continuidade a catorze universidades (de Lisboa, Técnica, Aberta, do Algarve, de Évora, da Beira Interior, de Coimbra, de Aveiro, do Porto, do Minho, de Trás-os-Montes, da Madeira e dos Açores) não contando com as privadas, nem com os Institutos Universitários, nem com os inúmeros institutos politécnicos. Os Portugueses quiseram, de repente, ganhar um estatuto social superior através dos estu-

dos! Este foi o momento mais significativo de todo o passado que se vinha norteando para a conquista de uma posição de *elite* através do canudo. Há, nos Portugueses, uma ânsia de mobilidade social não por inveja, mas por despeito: *ele não é melhor do que eu ou do que o meu filho!*

Claro que no fim da ditadura fascista verificou-se uma *potenciação* de efeitos cuja resultante está visível: ao despeito associou-se a falsa ideia de *democratização do ensino*! Entre democratização e *massificação* vai uma imensa distância que nunca ninguém explicou aos Portugueses e que, por via do complexo fascizante herdado do Estado Novo, não convinha nem era politicamente correcto explicar.

Tem-se, por conseguinte, que, nos séculos em estudo, as elites — quando não associadas à ruralidade onde detêm o poder económico por deterem a posse da terra — não são perenes; pelo contrário, raramente, se constituem em herança de família. As elites são o fruto de um esforço individual que murcha com a morte física do indivíduo ou o abandono do cargo conferente de poder, mesmo que simbólico. Contudo, também neste particular, ainda que em menor escala, há um fenómeno semelhante ao da nobilitação dos burgueses endinheirados, pois o nome de família de um expoente de uma elite nacional abre portas para a aquisição de estatutos sociais. Poder-se-á denominar este prodígio como uma *elitização familiar*. É uma espécie de *fidalgua* medieval — Henriques, o filho de Henrique — perante a qual se manifesta um certo *temor reverencial*: — Fulano é neto de Beltrano! Mas Fulano pode ser, afinal, um vulgar cidadão, medíocre e sem valor de qualquer natureza ou espécie, que só vive à sombra de um laço familiar herdado de um momento histórico específico. Tem *brasão* mas falta-lhe o *solar*, a *quinta de família*!

Ora, sendo de natureza caduca a condição de elite, porque se não afirma como uma *dinastia*, pois resultou de um esforço individual, conseguido, como já foi evidenciado, maioritariamente, pela via da aquisição de um grau académico e do desempenho de uma missão com relevância relativa — vai do âmbito nacional ao âmbito local — pode dizer-se que cada *tempo*, em Portugal, teve as suas elites gerando, por vezes, quando não quase sempre, fenómenos de mobilidade social *descendentes*, pois a manutenção na *crista da onda* resultou de uma *capacidade* e de uma *habilidade* individuais que se não transmitem geneticamente.

Limitando a análise à elite política nos séculos em estudo, percebe-se que, quase sem sombra para dúvidas, ela foi maioritariamente proveniente do meio rural e, dentro deste, das classes médias. Tal facto transportou para a governança vários inconvenientes: o peso da tradição sobre a força da ruptura rumo à modernidade; a limitação de horizontes; a mesquinhez do comportamento da *aldeia*; a intriga como forma de afirmação de poder; a ausência de frontalidade; a definição de *estratégias de poderes limitados* (há que conduzir a vida em função da do vizinho); o deslumbramento perante o estrangeiro, mas a incapacidade de perceber as motivações profundas que o tornam *deslumbrante*; e, por fim, mas não finalmente, a valorização da *crendice* sobre o conhecimento científico. Estão na acumulação destas características, que o estudo universitário não altera, algumas das razões da estagnação nacional, da inexistência de gosto pelo risco e a prevalência de uma subserviência constante face aos poderes estrangeiros sem afirmação de uma personalidade nacional firme e forte. Em suma, a ruralidade e o provincianismo foram dominantes no acto de governar. E isto ocorre mesmo em momentos de grande mudança e mesmo no âmbito de partidos tidos como revolucionários e progressistas, porque há comportamentos sociais que resultam, como se viu, de uma *fome de crescimento* que vem de uma ancestralidade só explicável através de *um não estar de bem consigo, não se aceitar*; uma ancestralidade que radica na necessidade de *cumprir um destino* do qual se perderam as referências; um *destino* que se inscreve na matriz judaica — o voltar a *Jerusalém* — e na matriz magrebina — a saudade do deserto e dos oásis que ficaram do lado de lá do estreito de Gibraltar e por cá se perderam ao cabo de mais de quinhentos anos de *ocupação*; um *destino* que se inscreve, também e finalmente, na matriz cristã — a expiação impossível da passividade perante o ver morrer na cruz um Deus, que é Filho e é Pai, que todos os dias se oferece para ser comido e bebido, garantindo assim, assegurar um lugar ao Seu lado numa eternidade obscurecida pelo fenómeno mais natural que é a morte.

As elites, todas as elites nacionais, não conseguem fugir a este *destino* de constante mutação, comum a todas, que se mostra evidente no messianismo sebástico como se cada elemento que as compõe transportasse em si o desejo e o segredo da *salvação*, facto que gerou, e vai continuar a gerar, confrontos e, às vezes, alianças espúrias entre todos aqueles que se julgam investidos de uma *missão remissória* (recorde-se, enquanto aliados, Machado Santos e Sidónio Pais ou, mais notável ainda, Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira e, enquanto opositores, Álvaro Cunhal e Mário Soares).

A grande problemática das elites em Portugal resulta, por conseguinte, da ausência de um fio condutor que as ligue, dando-lhes *berço* ou, dito de outro modo, dando-lhes uma *socialização* própria e única, porque, de único, só têm as origens que remontam às classes médias e, quase sempre, à ruralidade.

Conclusão

Nesta passagem breve pelo entendimento e comportamento das classes médias e das elites — rurais e urbanas — deixei quase subjacente, ainda que vagamente referido, que foi a ausência de uma atempada e generalizada industrialização nacional que causou distorções sociais e, consequentemente, de mentalidades, ampliando um provincianismo exagerado que atravessa transversalmente a população portuguesa.

Mais do que um provincianismo, a falta de industrialização em tempo oportuno — que teria provocado a mobilidade territorial sem impor grande mobilidade social como resultado de um inconformismo psicológico — gerou uma ambição de mudança de estatuto, porque a terra e a ruralidade não compensam financeiramente tanto como poderia compensar uma ligação à fábrica onde as lutas pela conquista de melhores condições de vida fizeram desaparecer o estigma proletário e explorado tão característico do século XIX europeu³. Na verdade, a capacidade de reivindicação do proletário agrícola e das classes possidentes rurais foi sempre muito pequena, não só por falta de possibilidades associativas como, acima de tudo, porque a produção da terra depende de factores climatológicos e epidemiológicos não controláveis e, por isso, compreensivelmente capazes de afectar todos: proprietários e trabalhadores.

A destruição do fraco parque industrial, que no Estado Novo foi consentido, em consequência da adesão, pouco cautelosa e pouco acautelada, à Comunidade Económica Europeia (CEE) distorceu e desconformou o processo tradicional — uma tradição que vinha, pelo menos, de 1834 — de mobilidade social adquirido em consequência do modelo rural e ruralizado da sociedade portuguesa já herdado do Absolutismo. O acentuado desequilíbrio entre o litoral e o interior do território, hoje tão falado, é uma consequência da anomia provocada por essa adesão pouco estudada e conduzida desde a cidade por elites precárias que não souberam olhar para as suas próprias origens, compreendendo-as e estudando-as.

³ A este propósito, veja-se da minha autoria o artigo intitulado **Reflexão sobre o Capitalismo Português no Século XIX**, de Janeiro de 2014.

Bibliografia

Pelas razões explicadas na introdução, esta reflexão resulta de um acumular de conhecimentos adquiridos em leituras e pesquisas dispersas e já não possíveis de reconstituir. Mas, mais do que nesse manancial de conhecimentos agora anónimos e irreparavelmente perdidos na memória, esta reflexão teve por base a identificação de percursos de gente historicamente irrelevante ou de figuras públicas cujas origens são bastante conhecidas.

